

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

5.2.1.1 Educação Infantil

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 1**: “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.”

Para a faixa etária de 4 a 5 anos, o Quadro 4 mostra um percentual de atendimento de 89,5 %, evidenciando que 11,5% dessa faixa mantém-se fora da escola. Em outras palavras, das 2784 crianças de 0 a 4 anos existentes no município, 342 estão fora da escola, a realidade ubaense está em uma posição melhor se comparado ao Brasil, Estado, Região e Mesorregião.

A capacidade total de atendimento da rede municipal nessa fase não é satisfatória. Para chegar-se a total universalização da oferta e atender os 100% da demanda da população tem-se necessariamente de abrir novas turmas e adequar as escolas.

Em relação a faixa etária de 0 a 3 anos, o Quadro 5 aponta um percentual de atendimento de 13,9%, evidenciando que 86,1% dessa faixa encontra-se fora da escola. Traduzindo, das 5188 crianças de 0 a 3 anos existentes no município, 4469 estão fora da escola.

A capacidade total de atendimento da rede municipal nessa fase introdutória também não é suficiente. Destaca-se que no período de 2014 até os dias atuais foram construídas três Creches para minimizar a falta de vagas.

O maior problema enfrentado pelo município quanto ao oferecimento da educação infantil é justamente a inexistência de espaço físico condizente com as normas técnicas, diante disto, faz-se necessário envidar maiores esforços para atender aos alunos deste nível, garantindo o desenvolvimento integral da criança, através da construção de novas escolas e adequação das já existentes. Para tanto, deve-se considerar que o custo por aluno na Educação Infantil é muito superior ao das outras etapas da Educação Básica, já que o número adequado de alunos por turma para essa etapa é menor do que o adequado para as demais.

Ampliar a oferta da educação infantil hoje é um grande desafio do município que está previsto para os próximos dez anos e nesta perspectiva a participação das instituições privadas é fundamental.

Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.				
81,4% Brasil	85,0% Sudeste	80,9% Minas Gerais	80,2% Zona da Mata	89,5% MG – Ubá
Meta Brasil: 100%				

Quadro 4: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.				
23,2% Brasil	28,3% Sudeste	21,2% Minas Gerais	18,5% Zona da Mata	13,9% MG – Ubá
Meta Brasil: 50%				

Quadro 5: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

5.2.1.2 Ensino Fundamental

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 2**: “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.”

Como afirma a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, a educação é:

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Todos, portanto, têm direito de acesso a educação, que compreende múltiplas dimensões: educação especial, educação do campo, educação infantil, educação de jovens e adultos, educação profissional. O ensino fundamental, assim como as demais modalidades, é, no atual sistema de ensino brasileiro, de grande importância para a formação de cidadãos críticos e participativos. É durante essa etapa de ensino que o educando passa boa parte de sua vida escolar. De acordo com a LDB a jornada escolar no ensino fundamental: “[...] incluirá pelo

menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo com a Constituição Federal os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental.

O município de Ubá encontra-se cumprindo o seu dever de priorizar este nível como pode ser observado no Quadro 6 que aponta uma taxa de 97% de atendimento a faixa etária de 6 a 14 anos, evidenciando que 3% dessa faixa se encontra fora da escola, ou seja, das 14.380 crianças e jovens existentes no município, 436 estão fora da escola.

Em relação ao percentual de pessoas de 16 anos com o ensino fundamental concluído o Quadro 7 aponta que 56,% concluíram o ensino fundamental, evidenciando que 44% não concluíram, ou seja, das 1607 pessoas com 16 anos de idade, 708 não concluíram o ensino fundamental.

As taxas de distorção idade-série (tabelas 1 e 2) apontam uma diminuição nos anos iniciais do ensino fundamental e um acréscimo conforme aumenta o ano de ensino. Isso pode ser explicado pelas dificuldades no aprendizado de disciplinas bases como, Língua Portuguesa e Matemática, e que acaba se agravando conforme as dificuldades das disciplinas aumentam e os problemas de aprendizado básico não são solucionados.

Todavia, esse quadro pode e deve ser melhorado, com a chegada, no ano de 2013, do Programa Pacto Pela Alfabetização na Idade Certa e do Pacto Estadual Pela Alfabetização, que visam apoiar os educandos das séries iniciais, para que superem as dificuldades de aprendizado. Somado a isto estão as iniciativas de apoio da Secretária Municipal de Educação e o aprimorado trabalho que desempenham as escolas particulares do Município.

Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.				
98,4% Brasil	99,0% Sudeste	98,6% Minas Gerais	97,5% Zona da Mata	97,0% MG - Ubá
Meta Brasil: 100%				

Quadro 6: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.				
66,7% Brasil	76,3% Sudeste	72,3% Minas Gerais	59,7% Zona da Mata	56,0% MG - Ubá
Meta Brasil: 95%				

Quadro 7: Percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
Ano	Distorção Idade-Série
2006	13,4
2007	12,3
2008	11,8
2009	10,6
2010	9,4
2011	8,3
2012	6,1
2013	4,2

Tabela 1: Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental	
Ano	Distorção Idade-Série
2006	30
2007	28,7
2008	24,9
2009	27,3
2010	26,1
2011	24,1
2012	23,9
2013	22,6

Tabela 2: Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental
Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

5.2.1.3 Ensino Médio

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 3**: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.”

O ensino médio no município Ubá é oferecido pela rede estadual e privada sem a participação efetiva do município, como garantido pela LDB.

Observa-se no Quadro 8 o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola de 78,3% (3.879), evidenciando que 21,7% da população dessa faixa estão fora da escola, em números, dos 4956 jovens, 3.879 frequentam a escola e 1077 estão fora dela. Dessa população de 4956 jovens que frequentam a escola, 46,4% frequentam o ensino médio, e 53,6% não frequentam, ou seja, dos 4956 jovens, 2.299 estão inseridos no ensino médio e 2657 não estão inseridos.

A distorção Idade-série no ensino médio na rede pública como aponta a Tabela 3 é de 30,5, variando muito pouco nos últimos cinco anos.

Deve-se considerar que no ensino médio existe uma questão que mobiliza toda a comunidade escolar, a evasão em alto índice devido principalmente a incapacidade dos alunos conciliarem trabalho/escola e devido à necessidade de um ensino médio voltado para as necessidades da população jovem, que seja ao mesmo tempo significativo e motivador.

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.				
84,3% Brasil	85,9% Sudeste	85,7% Minas Gerais	82,6% Zona da Mata	78,3% MG – Ubá
Meta Brasil: 100%				

Quadro 8: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.				
55,3% Brasil	63,0% Sudeste	61,0% Minas Gerais	48,9% Zona da Mata	46,4% MG – Ubá
Meta Brasil: 85%				

Quadro 9: Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Taxa de Distorção Idade-série – Ensino Médio	
Ano	Distorção Idade-Série
2006	31,9
2007	29,1
2008	29
2009	26,7
2010	25,9
2011	28,6
2012	27,6
2013	25,5

Tabela 3: Taxa de distorção Idade-série – Ensino Médio

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Distorção Idade-Série / Rede – Ensino Médio		
Ano	Pública	Privada
2006	37,2	5,5
2007	34,1	4,9
2008	34	5,2
2009	31,5	4,7
2010	30,5	5,5
2011	34,4	3,9
2012	33	3,6
2013	30,3	2,3

Tabela 4: Taxa de distorção Idade-série/Rede – Ensino Médio
Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

5.2.1.4 Alfabetização

Em relação a esse tema, o PNE previu duas metas:

- a) **meta 5:** “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”;
- b) **meta 9:** “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.”

De acordo com os dados do Quadro x, 93,4% das crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental foram alfabetizadas de acordo com a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

Em relação a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, o Quadro 10 aponta que 94,2% são alfabetizados e 5,8% não conseguiram se alfabetizar. Em outras palavras, da população de 79.168 jovens e adultos, 74.576 são alfabetizados. Porém, desta mesma população de 79.168 jovens e adultos, 20.583 tem menos de quatro anos de estudo, perfazendo um total de 26,0% de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Embora o número de analfabetos tenha diminuído no Brasil nos últimos quinze anos, o analfabetismo funcional ainda é um fantasma que atinge até mesmo estudantes que frequentam o ensino superior, desfazendo o mito de que ele estaria intrinsecamente relacionado à baixa escolaridade. Apesar da evolução positiva nos últimos anos, o quadro brasileiro é preocupante. O censo de 2010 mostrou que um entre quatro pessoas são analfabetas funcionais. Os índices tão altos de Analfabetismo funcional devem-se à baixa qualidade dos sistemas de Ensino público, ao longo de décadas e se identifica em maior quantidade na classe social menos favorecida, que não tem acesso a instruções básicas que ultrapasse aquelas dadas nas escolas.

A situação do município de Ubá é também preocupante e neste sentido tem priorizado o letramento e o trabalho conjunto entre pais e professores. Além disso, é necessário um amplo conjunto de medidas para reverter essa situação no município, maior abrangência de programas sociais que envolvam distribuição de renda, valorização de Professores e incentivos aos estudos dentre outras, considerando que o analfabetismo funcional é danoso para o próprio indivíduo e também para a própria sociedade, porque para o desenvolvimento social é necessário indivíduos qualificados, que tenham boa formação e que dominem bem as atividades que ele desempenha.

Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental				
97,6% Brasil	99,1% Sudeste	99,3% Minas Gerais	94,8% Zona da Mata	93,4% MG – Ubá
Meta Brasil: 100%				

Quadro 10: Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental
 Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.				
91,5% Brasil	95,2% Sudeste	92,4% Minas Gerais	91,5% Zona da Mata	94,2% MG – Ubá
Meta Brasil: 93.50%				

Quadro 11: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade
 Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.				
29,4% Brasil	22,7% Sudeste	31,9% Minas Gerais	27,9% Zona da Mata	26,0% MG – Ubá
Meta Brasil: 15.30%				
Nota: O objetivo desse indicador é reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.				

Quadro 12: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade
 Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

5.2.1.5 Educação em Tempo Integral

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 6**: “Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.”

Entre as possibilidades de atendimento dessa meta, podemos citar o § 1º do Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o programa Mais Educação e define educação em tempo

integral como a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.

O decreto define ainda que a ampliação da jornada escolar diária se dará por meio do:

“desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades”. (art. 1º, § 2º)

Nesse sentido, garantir educação integral requer mais que simplesmente a ampliação da jornada escolar diária, exigindo dos sistemas de ensino e seus profissionais, da sociedade em geral e das diferentes esferas de governo não só o compromisso para que a educação seja de tempo integral, mas também um projeto pedagógico diferenciado, a formação de seus agentes, a infraestrutura e os meios para sua implantação.

Assim, as orientações do Ministério da Educação para a educação integral apontam que ela será o resultado daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades, que podem e devem contribuir para ampliar os tempos, as oportunidades e os espaços de formação das crianças, adolescentes e jovens, na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem.

Conforme Quadro 13 abaixo, o percentual de escolas públicas no município de Ubá com alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares é de 48,7%, em números 19 escolas. Essas escolas trabalham com 18,8 % do total de alunos, ou seja, 3262 alunos, conforme demonstra o Quadro 14.

Diante das informações percebe-se que o município de Ubá já tem empenhado esforços para a concretização da meta.

Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.				
34,7% Brasil	44,7% Sudeste	44,1% Minas Gerais	37,5% Zona da Mata	48,7% MG – Ubá
Meta Brasil: 50%				
Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013				

Quadro 13: Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino					
Ano	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
2010	6	4,2	4,3	4,5	4,5
2011	5,6	4,2	4,3	4,5	4,5
2012	5,3	4,2	5,1	4,6	4,5
2013	5,4	4,2	5,4	4,6	4,5

Tabela 5: Média de horas-aula diária dos alunos por etapa de ensino

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.				
13,2% Brasil	12,0% Sudeste	11,7% Minas Gerais	10,2% Zona da Mata	18,8% MG – Ubá
Meta Brasil: 25%				

Quadro 14: Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

5.2.1.6 Aprendizado Adequado na Idade Certa

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 7**: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb”:

Médias nacionais para o Ideb constantes da meta 7 do PNE.				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Tabela 6: Médias nacionais para o Ideb constantes da meta 7 do PNE.

Fonte: PNE (Lei nº13.005/2014).

De acordo com as Tabelas 7 e 8 o município de Ubá encontra-se em uma situação confortável em relação a projeção para o presente ano, tanto o Ideb de 4ª série / 5º ano e o de 8ª série / 9º ano ultrapassaram a meta de 2019 e o 4ª série / 5º ano já ultrapassou a meta projetada para 2012.

Ressalta-se que das dezessete escolas públicas de ensino fundamental anos iniciais, no ano de 2011, duas delas não atingiram a meta, evidenciando a necessidade de esforços direcionados a este público matriculado nas referidas escolas.

Ainda neste contexto, afirma-se que no ensino fundamental público e privado do município o índice de aprovação é elevado e o de abandono dos estudos é baixíssimo o que demonstra um trabalho direcionado para as necessidades da faixa etária, significativo e de qualidade. Precisa-se manter o empenho e desempenho do trabalho realizado até os dias atuais e fomentar a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem para garantir o conquistado e ultrapassar ainda mais as metas projetadas.

IDEB observado e Meta projetada do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.													
	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Rede	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Pública	4.7	5.0	6.0	6.3	6.3	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5	6.7

Tabela 7: IDEB observado e Meta projetada do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública.

Fonte: INEP

IDEB observado e Meta projetada do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública													
	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Pública	4.0	4.2	4.3	4.5	5.1	4.0	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0

Tabela 8: IDEB observado e Meta projetada do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública

Fonte: INEP

5.2.1.7 EJA Integrada à Educação Profissional

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 10**: “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.”

O desemprego, o subemprego e o emprego mal remunerado são diretamente associados com o suposto fracasso escolar. Percebe-se que quanto mais jovem, mais vívida a memória do que significava estar na escola e maior a resistência em aprender. Os mais maduros aprenderam a respeitar a escola, que boa ou ruim, serve. E serve, principalmente, como se tivesse a única função de preparar o indivíduo para o enfrentamento do mundo do trabalho.

A EJA do município de Ubá depende de uma articulação curricular que responda às necessidades e demandas educacionais de jovens e adultos em um contexto mais amplo de acesso a bens culturais e sociais; que respeite suas trajetórias escolares e busque estratégias que permitam florescer o potencial destes alunos como sujeitos históricos. Ainda que esses jovens e adultos tenham tido uma educação escolar acidentada, continuam seus processos cognitivos, culturais, sociais, e identitários, sempre em uma perspectiva de alteridade.

Para atingir estes propósitos é necessário oferecer a EJA integrada à Educação Profissional e aumentar o seu percentual de matrículas.

O percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional no município de Ubá é de 2,5%, o que significa que dos 3.411 alunos matriculados na educação de jovens e adultos nas etapas fundamental e médio, 72 alunos estão matriculados na modalidade EJA integrada à educação profissional, conforme Quadro 15.

Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.				
1,7% Brasil	0,6% Sudeste	0,5% Minas Gerais	0,7% Zona da Mata	2,5% MG – Ubá
Meta Brasil: 25%				

Quadro 15: Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional
Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

5.2.1.8 Educação Profissional

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 11**: “Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.”

O total de matrículas na educação profissional de nível médio no município de Ubá em 2010 foi de 308 e em 2013 de 791. Desta quantidade em 2013 não existia nenhuma matrícula na educação profissional de nível médio no município de Ubá na rede pública, em 2013 este número passa a ser de 38 matrículas. Apesar do acréscimo tem-se ainda um longo caminho a percorrer para atingir a meta nacional.

Na Tabela 9 observa-se a inexistência de educação profissional integrada com o ensino médio, 311 matrículas concomitantes e 480 subsequentes ao ensino médio, perfazendo o total de 791 matrículas e destas 753 ofertadas pela rede privada do município conforme pode ser identificado na Tabela 10, sendo todas elas na zona urbana conforme Tabela 11.

Salienta-se que considerando a Educação como um direito de todos e a escola pública de qualidade como prioridade, o governo do Estado com o apoio dos municípios e da União precisa criar mais oportunidades para a juventude e trabalhadores em Minas Gerais objetivando garantir o desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho, contribuindo para a elevação de escolaridade dos trabalhadores, ampliando o acesso à educação integral e fortalecendo a inclusão educacional, bem como inovando e diversificando os currículos escolares, promovendo acesso dos estudantes ao conhecimento científico, às artes, à cultura e ao trabalho.

Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio				
Ano	Integrada	Concomitante	Subsequente	Total
2007	0	69	187	256
2008	0	108	219	327
2009	0	124	187	311
2010	0	132	176	308
2011	0	228	463	691
2012	0	91	655	746
2013	0	311	480	791

Tabela 9: Matrículas de Educação Profissional Técnica total e por forma de articulação com o Ensino Médio
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Matrículas de Educação Profissional Técnica por rede		
Ano	Pública	Privada
2007	0	256
2008	18	309
2009	0	311
2010	0	308
2011	0	691
2012	0	746
2013	38	

Tabela 10: Matrículas de Educação Profissional Técnica por rede
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Matrículas de Educação Profissional Técnica por localidade		
Ano	Urbana	Rural
2007	256	0
2008	327	0
2009	311	0
2010	308	0
2011	691	0
2012	746	0
2013	791	0

Tabela 11: Matrículas de Educação Profissional Técnica por localidade
 Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

5.2.2 *Superação das Desigualdades e a Valorização das Diferenças*

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no contexto das metas que dizem respeito à superação das desigualdades e à valorização das diferenças, caminhos imprescindíveis para a equidade.

5.2.2.1 Educação Especial / Inclusiva

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 4**: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.”

Conforme os dados e informações disponíveis 87,3% da população de 4 a 17 anos do município de Ubá com deficiência frequenta a escola. Não existem dados disponíveis para se traduzir este percentual, diante disto, fez-se um cálculo através do número de pessoas de 10 a 19 anos que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou apresenta deficiência mental/intelectual para se ter base de qual seria o montante da população atendida em nosso município. Dos 1.611 declarantes, 1.406 frequenta a escola e 205 não frequentam.

Pode-se afirmar que há um número expressivo de deficientes nas escolas de Ubá, mas ainda assim o atendimento realizado não é o ideal, seja por deficiência nas estruturas físicas, seja por falta de profissionais qualificados para realizar o acompanhamento dos discentes. Outro problema diagnosticado é o fato de não haver o conhecimento da demanda de pessoas que

necessitam de educação especial, o que não permite ao município saber qual a real necessidade, ficando assim impossibilitado de direcionar ações para o atendimento total desta população.

Apesar destas dificuldades, o município de Ubá tem tornado suas escolas cada vez mais inclusivas e através da Secretaria Municipal de Educação de Ubá criou condições de atendimento a uma parcela desta população através da implantação do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) para o atendimento de crianças autistas; e já em andamento a proposta do Centro de Atendimento Especializado de Crianças Superdotadas. Deve-se considerar também o excelente trabalho prestado pela APAE de Ubá a esta população e o empenho das escolas privadas em adequar a esta realidade.

Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.				
85,8%	85,8%	85,8%	86,9%	87,3%
Brasil	Sudeste	Minas Gerais	Zona da Mata	MG - Ubá

Quadro 16: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola
Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe						
Ano	Classes Especiais		Escolas Exclusivas		Classes Comuns	
2007	4,6%	22	89%	428	6,4%	31
2008	5,4%	27	83%	414	11,6%	58
2009	2,6%	12	84,7%	393	12,7%	59
2010	2,1%	10	81,3%	387	16,6%	79
2011	2,1%	10	84%	405	13,9%	67
2012	0%	0	68,6%	337	31,4%	154
2013	0%	0	69,7%	319	30,3%	139

Tabela 12: Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por tipo de classe

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

5.2.2.2 Elevação da escolaridade / diversidade

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 8**: “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

Conforme Quadros 17, 18, 19 e 20 no município de Ubá a escolaridade média da população de 18 a 29 anos é de 9,1 anos, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural é de 7,1 anos, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres é de 7,4 anos e a razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos. Por inexistência de dados não se pode traçar o perfil do município em relação a esses indicadores, contudo, faz-se necessário ampliar mais efetivamente a escolaridade média da população entre 18 e 29 anos.

Retrata-se abaixo o diagnóstico do Brasil em relação a esses indicadores, os quais não diferem em grande escala das suas regiões e municípios.

Um grande esforço ainda precisa ser empreendido para o atendimento dessa meta, particularmente quando observados os dados educacionais das populações do campo nas diferentes regiões do País.

Quanto aos anos de escolaridade da população de 18 a 24 anos, na população urbana a média é de 9,8 anos de estudo, e na população do campo a média é de 7,7 anos, uma diferença de 2,1 anos. Essa diferença também se evidencia nas diferentes regiões do Brasil.

Com o aumento expressivo da população negra na sociedade brasileira, outro grande desafio é igualar a média de escolaridade entre negros e não negros, na população negra entre 18 e 24 anos, 1,1% não têm nenhum nível de escolaridade, 70,7% estão fora da escola e apenas 1,4% tem o ensino superior completo. Na população não negra, essas taxas são de 0,6%, 64,5% e 4,5%, respectivamente.

No que se refere à população negra entre 25 e 29 anos, 1,5% não conta com nenhum nível de escolaridade, 84,1% estão fora da escola e apenas 5,7% possuem o ensino superior completo.

Essas desigualdades também se refletem na participação e rendimento no mercado de trabalho.

Considerando a desigualdade de gênero, a população negra apresenta as mais elevadas taxas de desocupação e de rendimento, ainda que disponha do mesmo nível de escolaridade.

Esse conjunto de dados revela que é necessário, no que se refere à educação, um esforço concentrado e articulado entre os entes federativos e respectivos sistemas de ensino para a promoção de uma política pública voltada para a igualdade social, de modo a garantir a elevação dos anos de escolarização da população brasileira entre 18 e 29 anos, com atenção especial às populações do campo, negra e mais pobre, que apresentam maior vulnerabilidade social.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.				
9,8 Brasil	10,4 Sudeste	9,9 Minas Gerais	8,9 Zona da Mata	9,1 MG - Ubá
Meta Brasil: 12 anos				

Quadro 17: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.				
7,8 Brasil	8,6 Sudeste	8,3 Minas Gerais	6,7 Zona da Mata	7,1 MG - Uba
Meta Brasil: 12 anos				

Quadro 18: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.				
7,8 Brasil	8,7 Sudeste	8,3 Minas Gerais	7,0 Zona da Mata	7,4 MG - Ubá
Meta Brasil: 12 anos				

Quadro 19: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente entre os 25% mais pobres

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.				
92,2% Brasil	90,1% Sudeste	93,3% Minas Gerais	81,8% Zona da Mata	84,7% MG - Ubá
Meta Brasil: 100%				

Quadro 20: Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

5.2.3 Valorização dos Profissionais da Educação

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito às metas que cuidam da valorização dos profissionais da educação, consideradas estratégicas para que as demais sejam atingidas.

5.2.3.2 Formação dos Professores

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 15**: “Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.”

Conforme os dados e informações disponíveis, o município de Ubá em 2010 contava com 973 docentes, profissionais de Educação Básica, destes 944 (91,6%) possuem curso superior; 892 (86,5%) possuem curso superior de licenciatura e 52 (5%) possuem curso superior sem licenciatura.

Em 2014 o diagnóstico se apresenta da seguinte forma: 1014 docentes, profissionais de Educação Básica, destes 985 (90,8 %) possuem curso superior; 867 (79,9%) possuem curso superior de licenciatura e 118 (10,9%) possuem curso superior sem licenciatura.

Considerando o aumento do número de professores nesses anos, pode-se afirmar que não ocorreram alterações significativas e poderemos no prazo estipulado pelo PNE, cumprir a meta estabelecida pelo mesmo.

A formação acadêmica do professor é condição essencial para que assuma, efetivamente, as atividades docentes e curriculares em todas as etapas e modalidades, como também um requisito indispensável ao exercício profissional docente e em atividades correlatas. A conjugação desse requisito com outros fatores que incidem na profissão contribuíram, ao longo do tempo, para que a formação acadêmica passasse a ser vista como um direito do professor.

Contudo, a despeito desse reconhecimento e dos requerimentos exigidos para o exercício profissional, o acesso à formação universitária de todos os professores da educação básica, ainda não se concretizou. Para que isso ocorra, será necessário estabelecer estratégias que garantam a formação específica, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, alterando o quadro observado.

Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior						
Ano	Com superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
2007	88,9%	917	7%	72	82%	845
2008	89,7%	936	5,4%	56	84,3%	880
2009	89,6%	917	6%	61	83,7%	856
2010	91,6%	944	5%	52	86,5%	892
2011	91,4%	994	10,9%	119	80,4%	875
2012	92,1%	978	11,6%	123	80,5%	855
2013	90,8%	985	10,9%	118	79,9%	867

Tabela 13: Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área em que atuam								
Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura na área em que atua	
2009	100%	320	96,6%	309	36,9%	118	25%	80
2010	100%	336	97%	326	59,8%	201	51,8%	174
2011	100%	379	98,7%	374	90,5%	343	79,2%	300
2012	100%	367	98,4%	361	88,6%	325	75,5%	277
2013	100%	389	99%	385	86,6%	337	71,7%	279

Tabela 14: Porcentagem de professores que tem licenciatura na área em que atuam
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam								
Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura na área em que atua	
2009	100%	209	94,7%	198	44%	92	31,6%	66
2010	100%	198	98%	194	54,5%	108	44,9%	89
2011	100%	224	97,8%	219	86,2%	193	70,1%	157
2012	100%	226	97,8%	221	85,4%	193	69%	156
2013	100%	259	98,8%	256	82,2%	213	66,4%	172

Tabela 15: Porcentagem de professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

5.2.3.3 Formação Continuada e Pós-Graduação

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 16**: “Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.”

Em relação à formação continuada e pós-graduação, o município de Ubá apresenta um percentual de 44,7% de professores com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu conforme

pode ser observado no Quadro x abaixo. Esse percentual se traduz em 485 professores com essa titulação dentre as 1084 funções docentes da educação básica do município e retrata um percentual superior considerando o Brasil, a Região Sudeste, Minas Gerais e a Zona da Mata.

De acordo com a Tabela 16, 479 possuem especialização e 12 mestrado, e de acordo com indicadores disponibilizados pelo MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação, distribuídos da seguinte forma: 99 na educação infantil, 153 no ensino fundamental anos iniciais, 179 no ensino fundamental anos finais e 117 no ensino médio.

O município de Ubá fomenta e incentiva a inserção dos professores na pós-graduação através de convênio estabelecido com a Faculdade Governador Ozanam Coelho – FAGOC, situada em Ubá e pelos cursos oferecidos à distância pelas renomadas Instituições de Educação Superior Federais do nosso Estado.

Nota-se que ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a todos os professores da educação básica uma formação compatível com a sua área específica de atuação profissional, bem como o aprofundamento dos estudos em nível de pós-graduação e a concretização dessa meta está vinculada aos esforços articulados dos entes federativos para dimensionar a demanda por formação continuada e promover a respectiva oferta por parte das instituições públicas, consolidando assim um planejamento estratégico, em regime de colaboração.

Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.				
30,2% Brasil	28,9% Sudeste	31,3% Minas Gerais	38,9% Zona da Mata	44,7% MG – Ubá
Meta Brasil: 50%				

Quadro 21: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu
Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

Porcentagem de professores da educação básica com pós graduação por tipo de graduação						
Ano	Especialização		Mestrado		Doutorado	
2007	32,6%	336	1,6%	16	0,2%	2
2008	48,1%	502	1,8%	19	0,1%	1
2009	43,5%	445	1,5%	15	0,1%	1
2010	46,7%	481	1,4%	14	0%	0
2011	45,4%	494	1,6%	17	0%	0
2012	47,9%	509	1,2%	13	0%	0
2013	44,1%	479	1,1%	12	0%	0

Tabela 16: Percentagem de professores da educação básica com pós-graduação por tipo de graduação
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

5.2.3.4 Remuneração do Magistério

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua meta 17: “Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.”

MÉDIA SALARIAL REDE MUNICIPAL PROFESSOR A1	
ANO	MÉDIA SALARIAL
2010	1.037,43
2011	1.151,70
2012	1.243,07
2013	1.362,98
2014	1.464,56
2015 (até abril)	1.557,44

Tabela 17: Média salarial rede municipal professor A1
Fonte: Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Ubá

MÉDIA SALARIAL REDE MUNICIPAL PROFESSOR B1	
ANO	MÉDIA SALARIAL
2010	1.285,17
2011	1.436,66
2012	1.513,06
2013	1.672,20
2014	1.805,21
2015 (até abril)	1.892,28

Tabela 18: Média salarial rede municipal professor B1
Fonte: Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Ubá

De acordo com dados disponibilizados pelo MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação em 2013, no município de Ubá a porcentagem de professores por quantidade de estabelecimentos em que trabalham pode ser assim apresentados: 506 em um estabelecimento, 258 em dois estabelecimentos e 37 em três estabelecimentos considerando a rede pública total. Na rede pública municipal 191 em um estabelecimento, 126 em dois estabelecimentos e 11 em três estabelecimentos e na rede pública estadual são 315, 182 e 35 respectivamente.

Sabe-se que a melhoria da educação e, conseqüentemente, dos índices educacionais e das taxas de escolarização da população e o desenvolvimento social e econômico do País estão relacionados, entre outros, à valorização dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica.

Pesquisas mostram que professores com formação adequada, com condições dignas de trabalho e que se sentem valorizados contribuem para uma aprendizagem mais significativa dos estudantes, resultando em maior qualidade da educação.

Hoje, a diferença entre o salário médio dos profissionais do magistério com escolaridade de nível médio comparado com o de outros profissionais com igual nível de escolaridade é 9% superior. Já entre os profissionais do magistério com escolaridade superior ou mais e os demais profissionais com a mesma escolaridade existe uma defasagem de 57%. Portanto, para essa meta de equiparação salarial do rendimento médio, até o fim do sexto ano de vigência do PNE, é necessário que o valor do salário médio desses profissionais cresça de modo mais acelerado.

A defasagem na remuneração dos profissionais da educação tem sido indicada como um dos resultados de um passado de não valorização desses profissionais, além de ser apontada como um dos principais motivos do declínio do número de universitários em cursos de formação de professores. A queda do número de pessoas interessadas pela formação para o magistério na educação básica, assim como sua evasão, põe em risco a meta de universalização e ampliação da obrigatoriedade da educação básica, além de ser contrária às necessidades de educação da população brasileira.

Nesse sentido, as aprovações do FUNDEF (EC nº 14/1996) e posteriormente do FUNDEB (EC nº 53/2006) expressaram um importante compromisso da nação brasileira com a política de valorização dos profissionais do magistério ao destinar, pelo menos, 60% dos recursos do fundo para o pagamento desses profissionais em efetivo exercício. E, como o valor do fundo é reajustado anualmente em função dos recursos que o compõem, a remuneração também o seria.

Em relação às Receitas e Despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Período de Referência: 2013 registra-se que a RECEITA DO FUNDEB realizada foi de 17.807.857,23, deste montante 9.310.105,39 foi utilizado para pagamento dos profissionais do magistério do ensino fundamental, 6.593.981,13 para o pagamento dos profissionais do magistério do ensino infantil, 1.903.770,71 com outras despesas do ensino fundamental 1.007.892,25 e Ensino Infantil 895.878,46, perfazendo um total de despesas do FUNDEB de 17.807.857,23. Dados estes obtidos pelo site

<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/Demonst_FUNDEB/RREO_FUNDEB_Municipal_316990_1_2013.pdf> Acesso em: 02 Mai de 2015.

A Tabela 19 abaixo retrata as despesas com Pessoal – Poder Executivo e Legislativo e indicadores da mesma fonte apontam que o percentual de aplicação na manutenção e

desenvolvimento do ensino em 2013 foi de 27,27% e o percentual de aplicação nas ações e serviços públicos de saúde foi de 22,83%.

Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo						
Exercício	Executivo		Legislativo		Município	
	Índice	Despesa (R\$)	Índice	Despesa (R\$)	Índice	Despesa (R\$)
2010	43,54%	37.855.758,73	1,78%	1.548.885,62	45,32%	39.404.644,35
2011	45,37%	46.364.897,48	1,69%	1.724.265,87	47,06%	48.089.163,35
2012	38,12%	47.361.583,55	1,46%	1.817.636,37	39,58%	49.179.219,92
2013	39,94%	51.064.786,93	1,67%	2.132.297,27	41,61%	53.197.084,20

Tabela 19: Despesas com Pessoal - Poder Executivo e Legislativo
Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados

Nota: Data da Consulta ao SIACE: 21/04/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou Ação Fiscalizatória.

5.2.3.5 Plano de Carreira

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 18**: “Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.”

É necessário tornar a carreira do magistério atrativa e viável, com o objetivo garantir a educação como um direito fundamental, universal e inalienável, superando o desafio de universalização do acesso e garantia da permanência, desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, e ainda assegurar a qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica. A carreira do magistério deve se tornar uma opção profissional que desperte nas pessoas interesse pela formação em cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do saber, de modo a aumentar a procura por cursos dessa natureza e, dessa forma, suprir as demandas por esses profissionais qualificados, tanto para a educação básica como para a educação superior.

Em muitos casos, o fator financeiro é decisivo para a escolha ou não de uma profissão, bem como para sua evasão, quando da oportunidade de melhor remuneração em carreira com qualificação equivalente.

Nesse sentido, é necessário valorizá-la para torná-la tão atrativa e viável como as demais áreas profissionais tidas como estratégicas para o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

A atividade dos profissionais da educação é indispensável e precisa ser valorizada e um dos mecanismos para expressar a valorização docente é o estabelecimento de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior.

No município de Ubá no início do ano de 2014 iniciou-se através de reuniões democráticas e com o apoio do Conselho de Educação a discussão sobre o plano de carreira dos profissionais da educação básica da rede municipal de ensino e espera-se que em dois anos o plano esteja pronto e atenda a todas as estratégias preconizadas neste documento referente a esta meta.

Nesse cenário, de acordo com dados obtidos pelo MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação, 2013, fazem parte do quadro de professores da rede municipal, 288 professores ocupantes de cargos de provimento efetivo que serão beneficiados com o plano de carreira, porém, existe a necessidade de efetivar os profissionais que completam o quadro com o objetivo de valorizar todos os profissionais, ou criar estratégias para a valorização dos contratados.

5.2.4 Ensino Superior

Nesta seção, serão apresentados dados que caracterizam o município no que diz respeito às metas que cuidam do ensino superior e de pós-graduação.

Em relação a esse tema, o PNE previu três metas:

- a) **meta 12:** “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”;
- b) **meta 13:** “Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores”;
- c) **meta 14:** “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.”

Em relação às três metas relacionadas ao ensino superior não foram calculadas taxas que dos indicadores que retratam a realidade do município de Ubá.

Destaca-se que a democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Estado brasileiro. O acesso à educação superior, sobretudo da população de 18 a 24 anos, vem sendo ampliado no Brasil, mas ainda está longe de alcançar as taxas dos países desenvolvidos e mesmo de grande parte dos países da América Latina

Cada município também possui uma realidade diferente em termos da oferta e do acesso à educação superior, pois esse nível de ensino é de responsabilidade de instituições federais, estaduais ou privadas, e a oferta no município fica vinculada às decisões de expansão destas instituições.

Portanto, para cumprir essas metas, especialmente em termos de interiorização da educação superior, em cada municipalidade, é preciso um planejamento articulado, que envolva a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios e as IES, sobretudo privadas, terão de elevar o percentual de professores com mestrado e doutorado e também com tempo integral, tendo em vista a melhoria da qualidade desse nível de ensino. Complementarmente, será preciso ampliar a oferta de vagas e matrículas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Aumentar a oferta da educação para os trabalhadores é uma ação urgente e necessária, mas para que seja garantida sua qualidade faz-se necessário que essa oferta tenha por base os princípios e a compreensão de educação unitária e universal, destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica e que garanta o domínio dos conhecimentos científicos referentes às diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho produtivo na atualidade, e não apenas a formação profissional *stricto sensu*.

Atuando na Educação Básica do Município em 2013, dos 488 docentes, 479 possuem especialização e 12 mestrado.

5.2.5 Gestão Democrática e Participação Social

Nesta seção, serão apresentados dados e informações que caracterizam o município no que diz respeito à meta do PNE que cuida da gestão democrática e da participação social.

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 19**: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.”

A gestão democrática da educação nas instituições educativas e nos sistemas de ensino é um dos princípios constitucionais garantidos ao ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), confirmando esse princípio e reconhecendo a organização federativa, no caso da educação básica, repassou aos sistemas de ensino a definição de normas de gestão democrática, explicitando dois outros princípios a serem considerados: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A gestão democrática da educação envolve a efetivação de mecanismos concretos que garantam a participação de pais, estudantes, funcionários, professores, bem como da comunidade local, na discussão, elaboração e implementação de planos de educação, de planos e projetos político-pedagógicos das unidades educacionais, assim como no exercício e efetivação da autonomia dessas instituições em articulação com os sistemas de ensino.

Além disso, a gestão democrática da educação deve ser capaz de envolver os sistemas e as instituições educativas e de considerar os níveis de ensino, as etapas e as modalidades, bem como as instâncias e mecanismos de participação coletiva. Para tanto, exige a definição de conceitos como autonomia, democratização, descentralização, qualidade e propriamente a participação, conceitos esses que devem ser debatidos coletivamente para aprofundar a compreensão e gerar maior legitimidade e concretude no cotidiano.

Em relação a essa meta não há um indicador que permita acompanhar o cumprimento da meta. No entanto, existem indicadores auxiliares que apontam para a existência de práticas de gestão democrática no município de Ubá, como pode ser observado nos Quadros 22 e 23.

Destaca-se ainda a elaboração do Projeto Político Pedagógico elaborado de forma coletiva, democrática pelas escolas do município.

Instrumentos de Gestão Democrática existentes no município				
Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	Sim	Não	Sim	Não

Quadro 22: Instrumentos de Gestão Democrática existentes no município

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) / Preparação: Todos Pela Educação

Caráter do Conselho Municipal de Educação				
Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
2009	Sim	Não	Não	Sim
2011	Sim	Não	Não	Sim

Quadro 23: Caráter do Conselho Municipal de Educação

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

5.2.6 Financiamento

Nesta seção, serão apresentados dados e informações que caracterizam o município no que diz respeito à meta do PNE que cuida do financiamento da educação.

Em relação a esse tema, o PNE previu, em sua **meta 20**: “Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.”

A Constituição Federal de 1988, no art. 212, dispõe que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%; e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O município de Ubá atende essa obrigatoriedade conforme determinado pela legislação em vigor quanto aos limites constitucionais mínimos de investimento público em educação (25%), conforme pode ser observado no Quadro 25.

Nesse sentido, a vinculação de recursos financeiros para a educação, a ampliação dos percentuais do PIB para a educação nacional, bem como a vinculação do financiamento a um padrão nacional de qualidade, o acompanhamento e o controle social da gestão e uso dos recursos, entre outros, são passos imprescindíveis para a melhoria do acesso, permanência e aprendizagem significativa dos estudantes. Ou seja, a garantia de financiamento adequado das políticas educacionais é base e alicerce para a efetivação do Sistema Nacional de Educação e, por conseguinte, para o alcance das metas e estratégias do PNE, com vistas à garantia de educação em todos os níveis, etapas e modalidades, além da superação das desigualdades regionais.

Além disso, avaliar a possibilidade de o município ampliar o investimento em educação por meio de outras receitas ou recursos é fator preponderante para a melhoria da educação no município.

Receita Arrecadada x Receita Própria (R\$)						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Arrecadada¹	69.943.676,98	75.050.046,37	82.559.547,92	99.846.070,95	115.270.186,56	124.666.814,69
Receita Própria²	15.647.473,80	20.975.298,32	21.442.194,35	28.113.582,60	2.734.110,02	675.367,11

Quadro 24: Receita Arrecadada x Receita Própria (R\$)

Fonte: SIACE

NOTAS:

¹Excluídas as contribuições previdenciárias e os recursos de convênios

²Composição da Receita Própria: Receitas Tributária, Patrimonial, Industrial, de Serviços e Outras Receitas Correntes

Dados extraídos do SIACE em outubro/2012. As substituições das prestações de contas enviadas após esta data não estão contempladas nos dados apresentados

Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino				
Índice	2010	2011	2012	2013
Índice constitucional aplicado	28,46%	28,87%	26,95%	27,27%

Quadro 25: Percentual de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fonte: SIACE

Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Em R\$				
INDICADORES	2010	2011	2012	2013
Educação Infantil	1.139.361,21	2.545.480,27	1.814.435,41	2.532.806,21
Ensino Fundamental	4.708.456,27	5.442.122,91	5.572.509,87	5.816.830,98
Educação de Jovens e Adultos	473.006,71	162.547,77	299.854,00	150.812,59
Educação Especial	150.792,00	158.596,00	139.549,20	158.406,00
Outros Gastos	2.091.089,01	1.784.412,61	2.120.999,54	2.334.348,09
Contribuição ao FUNDEB	9.713.627,01	11.553.994,89	13.457.501,48	15.097.873,10
Total	18.282.132,21	21.653.111,45	23.410.806,50	26.097.015,97
Total de alunos matriculados	5.800	5.957	5.957	5.939
Gastos com o Ensino por Aluno	3.151,09	3.633,90	3.928,97	4.393,18

Quadro 26: Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fonte: SIACE/PCA - dados apresentados/auditados - SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais: Censo Escolar

Nota: Data da Consulta ao SIACE: 21/04/2015. Os dados informados poderão ser alterados em razão de Pedido de Reexame e/ou ação fiscalizatória.

5.2.7 Ações Implementadas pelo MEC no Município

Ações do MEC no município				
AÇÕES OU PROGRAMAS	INDICADOR	PRODUTO	PERÍODO	QUANTIDADE
Brasil Alfabetizado	Alfabetizando beneficiados por ano	Alfabetizando(s)	Set/2008 - Nov/2014	4.423 Cumulativo
Caminho da Escola	Ônibus adquiridos pelo Programa Caminho da Escola	Ônibus	2008 - 2013	8 Cumulativo
Censo da Educação Básica	Cadastro Escolar	Escola	Anual	Todas
Censo da Educação Superior	Cadastro Escolar	Instituição	Anual	Todas
Creches e Pré-escolas	PAC-2 Unidades escolares do Proinfância aprovadas	Escola(s)	2011 - 2012	2 Cumulativo
Educação Digital	Laboratórios entregues pelo Proinfo	Laboratório(s)	Jan/1999 - Jun/2014	32 Cumulativo
	Escolas conectadas pelo Programa Banda Larga	Escola(s)	2º Trimestre/2008 - 1º Trimestre/2014	28 Cumulativo
	Projetores Proinfo entregues (execução direta FNDE)	Projektor(es)	2011 - 2012	8 Cumulativo
	Projetores Proinfo adquiridos por meio do PAR com recurso FNDE	Projektor(es)	Jun/2012 - Dez/2012	16 Cumulativo
Escola Aberta	Escolas que aderiram ao Programa Escola Aberta	Escola(s)	2012	6 Não cumulativo
Escola Acessível	Recurso financeiro transferido pelo PDDE / Escola Acessível	Reais	2008 - 2014	83.435,00 Cumulativo
FIES	Contratos firmados - Novo FIES	Contrato(s) Firmado(s)	Abr/2010 - Abr/2013	70 Cumulativo
Indicadores Gerais	Estudantes a serem atendidos em novas turmas de EJA nas redes municipais - Res. nº 48/2012	Estudante(s)	2012	70 Não cumulativo
	Alfabetizando pactuados pelos municípios que aderiram ao ciclo 2012 do Brasil Alfabetizado, por situação da adesão	Alfabetizando(s)	2012	1.400 Não cumulativo
Mais Educação	Escolas que aderiram ao Mais Educação (por localização)	Escola(s)	2014	23 Não cumulativo
	Recursos repassados pelo PDDE para Educação Integral (Mais Educação)	Reais	-	2.070.424,41
Mobiliário Escolar	Conjuntos de mobiliários escolares adquiridos com recurso FNDE ou próprio (2010-2011)	Conjunto(s)	2010 - 2011	640 Cumulativo
	Conjuntos de mobiliários escolares adquiridos por meio do PAR com recurso FNDE	Conjunto(s)	Jun/2012 - Dez/2012	2.473 Cumulativo
	Recursos FNDE empenhados para aquisição de mobiliários escolares por meio do PAR	Reais	Jun/2012 - Dez/2012	363.764,70 Cumulativo
PDDE	Recursos repassados pela extensão do PDDE à Educação infantil	Reais	2012	35.841,60 Cumulativo por ano
	Parcela Extra do PDDE para as Escolas Urbanas	Reais	2012	34.226,86 Não cumulativo
	Parcela Extra do PDDE para as Escolas Rurais	Reais	2012	10.376,00 Não cumulativo
	Recursos repassados pelo PDDE - Ensino Fundamental	Reais	2012	114.408,40 Não cumulativo
	Recursos repassados pelo PDDE - Total	Reais	2012	821.983,82 Não cumulativo
PDE-Escola	Recursos repassados pelo programa PDE-Escola	Reais	2007 - 2013	259.000,00 Cumulativo
	Quantidade de escolas municipais em atividade - Censo Escolar 2012	Escola(s)	2012	20 Não cumulativo
	Escolas municipais que utilizam o sistema PDE Interativo	Escola(s)	2012	18 Não cumulativo
PNAE	PNAE - Número de alunos atendidos (redes municipais e estaduais)	Aluno(s)	2013	18.670 Não cumulativo
	PNAE - Número de escolas atendidas (redes municipais e estaduais)	Escola(s)	2013	43 Não cumulativo
	PNAE - Recursos repassados (redes municipais e estaduais)	Reais	2013	1.240.720,00 Não cumulativo
PNATE	Alunos beneficiados pelo Programa	Aluno(s)	2013	1.052

	Nacional de Apoio ao Transporte Escolar			Não cumulativo
PNBE	Número de alunos atendidos pelo PNBE	Aluno(s)	2012	12.312 Não cumulativo
	Número de Escolas atendidas pelo PNBE - Educação Infantil	Escola(s)	2008	54 Não cumulativo
	Número de Escolas atendidas pelo PNBE - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Escola(s)	2012	80 Não cumulativo
	Número de Escolas atendidas pelo PNBE - Ensino Fundamental Anos Finais	Escola(s)	2011	16 Não cumulativo
	Número de escolas atendidas pelo PNBE - Ensino Médio	Escola(s)	2011	6 Não cumulativo
PNLD	Livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático - Alfabetização (PNLA)	Livro(s)	2010	937 Não cumulativo
	Livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático - Ensino Fundamental	Livro(s)	2013	43.300 Não cumulativo
	Livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático - Ensino Médio	Livro(s)	2010	22.665 Não cumulativo
	Livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático - EJA (PNLD EJA)	Livro(s)	2012	2.203 Não cumulativo
Portal de Periódicos	Acessos ao Portal de Periódicos	Acesso(s)	2013	147 Não cumulativo
PROUCA	Laptops adquiridos pelo PROUCA	Laptop	2011 - 2011	40 Cumulativo
Quadras Escolares	PAC-2 Quadras poliesportivas e cobertura de quadras aprovadas	Escola(s)	2011 - 2012	3 Cumulativo
	Cota para seleção 2013 de Construção e Cobertura de Quadras Esportivas Escolares - Municipal	Projeto(s)	2013	3 Não cumulativo
SAEB - Prova Brasil	Escolas que realizaram a Prova Brasil	Escola(s)	2011	23 Não cumulativo
	Alunos que realizaram a Prova Brasil	Aluno(s)	2011	2.379 Não cumulativo
Salas de Recursos Multifuncionais	Salas de recursos multifuncionais e kits de atualização com implantação iniciada	Sala(s) de Recursos Multifuncionais	2005 - 2011	6 Cumulativo
JAB	Matrículas Ativas no Sistema UAB por Polo	Matrícula(s)	Dezembro/2012	121 Não cumulativo
	Polos UAB com matrículas ativas.	Pólos	Fevereiro/2013	1 Não cumulativo

Quadro 27: Ações do MEC no município

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

5.2.8 Ações Implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Ubá

Ações da Secretaria Municipal de Educação de Ubá no Município	
ACÕES	PERÍODO
Abertura do Campus Ubá da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), através de parceria entre a Prefeitura de Ubá, a Fundação Iralda Ribeiro (FUNIR) e o Governo do Estado de Minas Gerais.	2006
Ampliação da E. M. Professora Conceição Gomes Caputo - Curumim I	2010
Criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Professora Maria Aparecida Conde que é referência de suplementação escolar para as necessidades educacionais dos estudantes de diversas escolas do município.	2010
Construção da E. M. Geralda Bernardo de Oliveira, no Bairro Primavera	2011
Construção de quadra poliesportiva na E. M. Rosalina Brandão e reformas na escola	2011
Realização, de dois em dois anos, do Congresso Internacional de Educação.	2011
Incentivo à produção e lançamento de livros literários de autores municipais. Lançamento da obra "Crescendo e Aprendendo com Eugênio", de Elessandra Cristina Reis Ferreira.	2011
Construção da E. M. Manoel Arthidoro de Castro, na comunidade do Tanquinho	2012
Pintura externa da E. M. Dr. José Campomizzi Filho - CAIC	2013
Criação e promoção da FLITEC – Feira Literária e Cultural de Ubá, que acontece anualmente no município e	2013

abrange todo o sistema municipal de ensino. Durante o semestre que antecede a Feira, as escolas municipais realizam atividades culturais embasada na biografia do autor homenageado no evento.	
Incentivo à produção e lançamento de livros literários de autores municipais. Lançamento da obra “Brasil Alfabetizado, Ubá Alfabetizada”, de José Geraldo de Araújo.	2013
Instalação de coberturas metálicas em 11 pátios escolares	2014
Realização de reformas e melhorias diversas em todas as escolas municipais e na sede da Secretaria Municipal da Educação	2014
Reforma e ampliação da cozinha da E. M. Professora Conceição Gomes Caputo - Curumim I	2014
Construção e ampliação da E. M. Dr. Heitor Peixoto, com estrutura física planejada dentro de filosofia educacional da Pedagogia Waldorf.	2014
Instalação de aparelhos de ar condicionado nas escolas municipais Dr. Tânus Feres de Andrade - Curumim II, Nossa Senhora Aparecida, Dr. José Campomizzi Filho - CAIC, Maria Lúcia Vieira, Professora Conceição Gomes Caputo (Curumim I) e Vovó Maria das Dores	2014
Reforma e ampliação da E. M. Dona Rosinha	2014
Incentivo à produção e lançamento de livros literários de autores municipais. Lançamento da obra “O Poeta Passarino”, de Elias Moisés da Silva e “Valeu a Pena” de Célia Soares Carneiro.	2014
Criação de premiação “Destaque do Ano”, para as cantineiras da rede.	2014
Aumento do número de alunos atendidos: de 5.906 em 2009 para, aproximadamente, 7.000.	2014
Aumento da oferta de vagas em creches: de 159 em 2009 para 1.007.	2014
Construção de unidade escolar para Educação Infantil na E. M. Geralda Bernardo de Oliveira na E. M. Professor Manoel Arthidoro de Castro para Educação Infantil e Ensino Fundamental.	2015
- Construção da E. M. Maria de Loreto Camiloto Rocha, no Bairro Pires da Luz	
Construção da E. M. Professora Dulcinéa Serrato, no bairro Vila Casal	2015
Aquisição de novo mobiliário escolar	2015
Realização do I Seminário de Conscientização sobre o Autismo, através do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Professora Maria Aparecida Conde.	2015
Implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia com sede própria em Ubá.	2015
* Obras em andamento e/ou previstas: - Reforma e ampliação da E. M. Mãe Maria de Aquino; - Construção de Ginásio Poliesportivo coberto da E. M. Dr. Tânus Feres de Andrade - Curumim II e ampliação da escola; - Construção de Ginásio Poliesportivo da E. M. Dr. Heitor Peixoto Toledo; - Reforma de banheiros da FUNIR – Fundação Iralda Ribeiro; - Construção de creches nos bairros São Domingos e São João – R\$ 1,852 milhões; - Reforma da E. M. Antonina Gonçalves Coelho; - Construção da creche do Palmeiras.	2015
Repasso de uniformes escolares a todos os alunos da rede municipal	Anual
Realização de Colônia de Férias em todas as férias escolares (janeiro e julho), a fim de fortalecer o aprendizado dos alunos de nível intermediário.	Anual
Inserção da Divisão de Esportes do município na Secretaria da Educação, através da qual são promovidos programas, campeonatos, eventos esportivos e de lazer na cidade, como os Jogos Escolares Ubaense - JEUS 2014, Corrida Rústica Cidade Carinho, Rua de Lazer, Torneio de Futsal Esporte em Ação, Domingo Saudável, Corrida de São Januário, Copa Esporte em Ação, Copa dos Campeões do Tênis de Mesa, Corrida e Caminhada do Batom, Agita Ubá, Torneio de Handebol Esporte em Ação, Passeio Ciclístico, entre outros.	-
Introdução da Pedagogia Waldorf na rede municipal, através da capacitação especializada de educadores por meio de cursos, seminários e palestras.	-
Investimento na Capacitação Docente da rede municipal, oferecendo regularmente cursos, oficinas, palestras e seminários, em um total de cerca 2.000 horas por ano.	-
Viabilização de inscrição, participação e conclusão de professores da rede em Curso de Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Curso de Fundamentação em Pedagogia Waldorf pela Associação Crianças do Vale de Luz em Nova Friburgo (RJ).	-
Promoção de viagens culturais e pedagógicas com os educadores, alunos e comunidades.	-
Inserção, no calendário escolar, de eventos como Dia da Família na Escola, Festa da Lanterna, Semana da Criança, Festa da Primavera, Festas Juninas e Ritos de Passagem.	-
Inserção de planejamento pedagógico integrado e promoção de encontros pedagógicos com as equipes escolares de toda rede.	-
Inserção do acompanhamento aluno por aluno garantindo sua permanência.	-
Promoção de novas contratações de professores e estagiários através de Processo Seletivo Simplificado.	-
Desenvolvimento do Setor de Programas Literários, através do qual a Secretaria da Educação disponibiliza à população o acesso à literatura e o oferecimento de diferentes serviços em diversas áreas: - Arca das Letras: programa de bibliotecas rurais, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e implantado no município pela Prefeitura de Ubá;	-

<ul style="list-style-type: none"> - Baú das Letras: minibibliotecas espalhadas em diversos pontos da cidade, levando leitura e conhecimento aos ubaenses; - Ações Públicas: são oferecidos cursos gratuitos à população através do projeto. Atualmente, as oficinas disponibilizadas são Capoeira, Alongamento, Dança, Violão, Flauta, Artesanato, Canto Coral, Yoga, Cabeleireiro, Percussão, Teatro e Esportes (Voleibol, Handebol, Futsal e Basquetebol); - Biblioteca Pública de Ubari: são realizadas regularmente na biblioteca atividades de incentivo à leitura; - Folia do Livro: incentivar a leitura através de tradições folclóricas, este é o objetivo do projeto. Enquanto os grupos se apresentam, são distribuídos exemplares de livros à população; - Cursos Senar: em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/ Sindicato Rural, a Secretaria da Educação oferece cursos gratuitos às comunidades rurais; - FLITEC - A Feira Literária e Cultural de Ubá (FLITEC): promoção anual do evento; - Viagens Culturais: tem como objetivo contribuir para a formação cultural dos educadores e das comunidades rurais; - Geladoteca: constitui-se de geladeiras que foram adaptadas para serem utilizadas como bibliotecas em diversas praças; - Um pé de história: iniciativa promove a leitura ao ar livre ao pendurar livros em árvores; - Contação de histórias: tem como meta a valorização a leitura e cultivar a arte de contar histórias. Promove apresentações em locais onde são disponibilizadas as bibliotecas itinerantes. 	
Conquista de altos índices em avaliações e índices, colocando Ubá em 1º lugar no segmento de 1º ao 5º Ano com relação as cidades com número de habitantes superior a noventa mil habitantes, segundo avaliação do Ideb – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica.	-
Os resultados do Proalfa (Programa de Avaliação de Alfabetização), o nível de letramento recomendável foi alcançado por 90,6% dos estudantes que fizeram o teste, tanto da área urbana como rural.	-
Níveis acima do recomendado no Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb).	-
Oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação através do Polo Ubá da Universidade Aberta do Brasil (UAB).	-
Implantação de cardápio escolar diferenciado, com a merenda adaptada ao horário biológico do ser humano a fim de desenvolver e fomentar padrões alimentares que irão permanecer.	-
Implantação e oferta de programas e serviços à comunidade ubaense através de parcerias: Escola Aberta, Projovem Urbano, UAITEC – Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais, Mais Educação, Brasil Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Projeto de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), Educação de Jovens e Adultos integrada a Formação Inicial e Continuada (EJA/FIC), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Qualidade de Vida com Amor Exigente (PQVAE) e Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD).	-

Quadro 28: Ações da Secretaria Municipal de Educação de Ubá no Município

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Ubá

6. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Depois de aprovado o documento que norteia os rumos da educação do município para os próximos dez anos, é preciso pôr em ação as estratégias previstas, tendo em vista o cumprimento das metas. Para tanto é necessário seu acompanhamento e avaliação em momentos oportunos e periódicos.

Durante sua execução, muito pode acontecer no município, diante disto, é imprescindível avaliar o PME a cada 1(um) ano para que as metas previstas neste documento sejam cumpridas até o fim de sua vigência.

O acompanhamento e avaliação ocorrerão através de uma comissão e deverá ser feita de forma quantitativa e qualitativa.

A comissão encarregada deverá:

- analisar os indicadores e resultados alcançados, com o objetivo de redirecionar as estratégias e as ações de execução; através de Levantamento de dados estatísticos em sites oficiais e da Secretaria de Educação.

- verificar a necessidade de ajustes a serem feitos e decisões a serem tomadas;

- produzir relatórios avaliativos;

- encaminhar relatórios de monitoramento da execução do plano a Secretaria Municipal de Educação, a Câmara Municipal de Vereadores e ao Conselho Municipal de Educação.

A comissão será composta por membros de setores ligados direta e indiretamente a educação, são eles:

- Representante dos professores;
- Representante dos diretores;
- Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- Representante da Superintendência Regional de Ensino;
- Representante do Conselho Municipal de Educação.

Consustanciado pelo processo democrático de sua elaboração e por sua aprovação em lei, a implementação das suas disposições constitui uma obrigação dos sistemas público e privado de ensino, competindo, à sociedade civil, o controle social dessa implementação, de modo a atingir o objetivo maior de construir, em Ubá, uma educação de qualidade a serviço da cidadania e da justiça social.

REFERÊNCIAS

- Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em:
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/maetinga_ba. Acesso em: Abr.2015.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. PARECER CEB 22/98, aprovado em 17/12/98 (Processo 23001.000196/98-32).
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 185º da Independência e 108º da República, 1996.
- BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998. Volume 1
- DIDONET, V. Creche: Objetivos e metas para a creche no Plano Nacional de Educação. *Em Aberto*, v.18, n.73, p.147-150, jul. 2001. (Número temático: Educação infantil: a creche, um bom começo.)
- DRUKER, Peter F. Prática de administração de empresas. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), disponível em www.fnde.gov.br Acesso em Abr-Mai, 2015.
- Instituto brasileiro de geografia e estatística. Censo Demográfico 2010, 2013. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: mai. 2015.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Censo da Educação Básica, disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>> Acesso em Abr-Mai,2015.
- Ubá (MG). Prefeitura. 2015. Disponível em:
<http://www.uba.mg.gov.br/Materia_especifica/6495/Uba>Historia-e-Evolucao. Acesso em: Abr. 2015.
- Sites visitados e pesquisados:
www.brasil-turismo.com
www.wikipedia.com
www.guianet.com.br
www.mg.gov.br
www.atlasbrasil.org.br/2013/
<http://ideb.inep.gov.br/>
<http://www.observatoriodopne.org.br/>
<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>
<http://www.tce.mg.gov.br>
<http://pne.mec.gov.br/programas-metas>.